



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO LATO-SENSU EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**A Educação Infantil como espaço educativo frente
às práticas pedagógicas e às Políticas Públicas e
Educacionais**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Franciele Clair Moreira Leal

Santa Maria, RS, Brasil.

2010

A Educação Infantil como espaço educativo frente às práticas pedagógicas e às Políticas Públicas e Educacionais

por

Franciele Clair Moreira Leal

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação Especialização Lato-Sensu em Gestão Educacional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Especialista em Gestão Educacional**

Orientador: Prof^a. Rosane Carneiro Sarturi

Santa Maria, RS, Brasil.

2010

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação
Especialização Lato-Sensu em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**A Educação Infantil como espaço educativo frente
às práticas pedagógicas e às Políticas Públicas e
Educaionais**

elaborada por
Franciele Clair Moreira Leal

como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Profª Drª Rosane Carneiro Sarturi (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Profª Ms. Jucemara Antunes (UFSM)

Profª Drª Adriana Moreira da Rocha Maciel (UFSM)

Santa Maria, 28 de agosto de 2010.

Agradeço,

No decorrer desta caminhada muitas pessoas estiveram presentes ao meu lado, umas por pouco tempo, e outras o tempo todo e agora é hora de dizer o quanto cada uma delas foi e é importante em minha vida.

Num primeiro momento um agradecimento a DJUS, que por milhões de vezes teve o seu nome manifestado em pedido de ajuda e com certeza sempre esteve e está ao lado de cada um de nós.

Agradeço a minha mãe, Yolanda que esteve e está presente em todos os momentos dessa caminhada sempre ouvindo as reclamações, o mau humor, mas que incansável sempre me incentivou e me deu força para continuar. E a todas as pessoas da minha família que sempre acompanharam, mesmo de longe, essa trajetória tão importante de minha vida.

Ao Tiago que foi acima de tudo um amigo, um companheiro que me viu chorar por muitas vezes, que esteve sempre por perto me dando apoio e segurança nos momentos de dificuldade, sempre me incentivou não deixando desanimar.

A amiga Jucemara Antunes e a Professora Adriana Maciel, por disponibilizarem um espaço do seu tempo para ler e contribuir com o meu trabalho.

A uma pessoa muito especial que foi e é a responsável por todo esse trabalho, minha orientadora, professora Rosane Carneiro Sarturi que foi uma pessoa incansável, exigente, dedicada, sempre pronta a ajudar e auxiliar e sem as suas orientações e a sua cobrança nada seria possível.

A todas essas pessoas dizer um, OBRIGADO, parece tão pouco, porém gostaria de dizer o quanto é grande o carinho, amor, respeito, a admiração que sinto de cada um. A todos vocês um MUITO OBRIGADO DE CORAÇÃO!

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação
Especialização Lato-Sensu em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

A A Educação Infantil como espaço educativo frente às práticas pedagógicas e às Políticas Públicas e Educacionais

AUTORA: FRANCIELE CLAIR MOREIRA LEAL

ORIENTADOR: ROSANE CARNEIRO SARTURI

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 30 de agosto de 2010

A presente pesquisa busca refletir sobre a Educação Infantil como espaço educativo frente às práticas pedagógicas e às políticas públicas e educacionais. Considerando-se que no decorrer da trajetória histórica a Educação Infantil passou por várias concepções, para atender as demandas políticas e sociais de cada época. O trabalho foi desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica, na qual se buscou em referenciais teóricos os subsídios fundamentais para dar suporte às concepções e às políticas vigentes hoje na nossa sociedade e na nossa educação. Portanto, fica pontual no decorrer da pesquisa que a Educação Infantil é uma etapa fundamental para o desenvolvimento e aprendizado dos pequenos, e que frente às políticas públicas e educacionais que dão suporte para a mesma as práticas pedagógicas devem ser desenvolvidas, buscando sempre focalizar essa etapa como um espaço educativo onde se desenvolvem as habilidades e as potencialidades, bem como o tempo de fortalecimento às necessidades e dificuldades das crianças.

Palavras-chave: Políticas públicas e educacionais. Práticas pedagógicas. Educação infantil. Espaço educativo.

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação
Especialização Lato-Sensu em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

La educación infantil como frente educativo del espacio a pedagógico práctico y el público y la política educativa

AUTORA: FRANCIELE CLAIR MOREIRA LEAL

ORIENTADOR: ROSANE CARNEIRO SARTURI

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 30 de agosto del 2010

Esta investigación busca reflejar sobre la educación infantil como espacio educativo delante a las prácticas pedagógicas y a la políticas públicas y educativas. Ha que considerarse que en el transcurso de la trayectoria histórica de la educación infantil ella pasó por algunos conceptos sobre el cuidado hasta atender a las demandas políticas y sociales. El trabajo fue desarrollado por medio de una investigación bibliográfica, donde si buscó en los referenciais teóricos los subsidios básicos a dar apoyo a los conceptos y concepciones presentes en la actualidad sobre las políticas actuales presentes en nuestra sociedad y nuestra educación. Por lo tanto, es evidente en el transcurso de la investigación que la educación infantil es una etapa fundamental para el desarrollo y el aprendizagen del niño en lo cual afrontase el público y la política educativa que orientan sus prácticas pedagógicas. Por supuesto, la búsqueda por el desarrollo que tenga como foco essa etapa de la educación como espacio educativo, en lo cual son desarrolladas las capacidades y las potencialidades, así como, un tiempo para fortalecer las necesidades y las dificultades de los niños.

Palabras-clave: Política pública y educativa. Práctica pedagógica. Educación infantil. Espacio educativo.

SUMÁRIO

RESUMO.....	5
INTRODUÇÃO	8
1 EDUCAÇÃO INFANTIL	13
1.1 A caminhada da Educação Infantil nas políticas públicas e educacionais	16
2 A CRIANÇA E O DESENVOLVIMENTO INFANTIL	24
3 CRECHE E PRÉ-ESCOLA COMO ESPAÇO EDUCATIVO	32
4 ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS.....	39
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta os estudos realizados no curso de especialização em gestão educacional, inserido na linha de pesquisa das Políticas Públicas e Gestão Educacional, que “tem por objetivo a investigação do sistema educacional brasileiro, a partir das políticas públicas vigentes e suas relações com as transformações econômicas, políticas sociais e tecnológicas e seus impactos sobre a sociedade e o ensino”, conforme delineado no Projeto Político Pedagógico do curso.

Dentro deste contexto, considerou-se a Educação Infantil como uma etapa muito importante para o desenvolvimento e aprendizagem da criança, pois é desde o nascimento que elas necessitam de estímulos significativos para que possam ir construindo e descobrindo a si mesmas e ao mundo do qual fazem parte.

No entanto, no que concerne à gestão da educação básica, nas questões administrativas, financeiras e pedagógicas, a Educação Infantil nem sempre foi concebida como uma etapa educacional e fundamental para as crianças. Ela passou por muitas visões e concepções na busca de atender as necessidades políticas e sociais vividas a cada época, o que, na maioria das vezes, não satisfazia os interesses e as necessidades das crianças.

Como se pode destacar ao longo dessa trajetória histórica pela qual a Educação Infantil passou, a mesma foi concebida sob uma visão assistencialista, cujo objetivo principal era atender as necessidades básicas de saúde e de sobrevivência dos pequenos, uma preocupação com os cuidados que as crianças necessitavam para continuarem vivas. Ou seja, os adultos, pais, precisam trabalhar deixando os filhos com pessoas que pudessem oferecer cuidados aos mesmos, sem nenhuma preocupação com o desenvolvimento integral dos filhos.

Além da visão assistencialista, a Educação Infantil passou também por uma visão compensatória, na qual o objetivo principal era compensar o distanciamento entre a cultura hegemônica e a cultura peculiar dos alunos da pré-escola, para o acesso ao primeiro ano. Afinal, eles chegavam à primeira série sem nenhum tipo de conhecimento e com uma cultura restrita ao ambiente familiar e à educação escolarizada, cabendo à pré-escola suprir as carências dos pequenos para chegassem mais ambientalizados à educação formal.

Essas concepções de Educação Infantil estavam muito aquém do que realmente se deseja para os pequenos, afinal eles passam por etapas de desenvolvimento que precisam ser compreendidas e respeitadas pelos profissionais que com eles trabalham. Com o passar dos anos, as concepções que circundam a área da Educação Infantil passaram por inúmeras transformações como meio de melhorar e aperfeiçoar essa etapa, para que sejam atendidas de forma satisfatória as necessidades e potencialidades das crianças. Assim:

A criança, ao longo da história e da evolução do homem, nem sempre foi considerada com é hoje. Antigamente ela era caracterizada como um ser ingênuo, inocente, gracioso ou ainda imperfeito e incompleto. Estas noções se constituíam em elementos básicos que fundamentaram o conceito de criança, entendido como um ser sem existência social, miniatura do adulto, abstrata e universal. Portanto, um conceito que independente da cultura ou classe social. Atualmente, uma nova concepção sobre criança vem tomando espaço no panorama educacional: a criança como ser social. (SANTOS, 1999, p. 9)

Estas concepções que circundam o campo da Educação Infantil se consolidaram na antiguidade devido à falta de estudos e de conhecimentos sobre as crianças, afinal, as mesmas eram vistas como seres indefesos, incapazes de sentir, pensar e agir. Muitas vezes, eram concebidas como um “adulto em miniatura”, que só era capaz de reproduzir aquilo que os mais velhos falavam. Com o passar dos anos, as visões foram mudando, e começaram a surgir estudos acerca da criança, exigindo, por conseguinte, muitas reflexões a respeito da Educação Infantil, para que fosse possível compreender como desenvolver o trabalho com os sujeitos que frequentam esta etapa educacional.

No decorrer dessa trajetória histórica, a criança passou a ser considerada como um ser de direitos, capaz de construir o seu conhecimento, a sua identidade e a sua cultura, interagindo e aprendendo com as pessoas e com o meio social ao qual pertence. Isso fez com que a Educação Infantil também precisasse ser repensada, uma vez que seria necessário atender as peculiaridades desses pequenos. Além disso, por ser o primeiro espaço no qual as crianças estabelecem novos contatos pessoais e sociais.

Para dar conta das novas especificidades da Educação Infantil e das novas concepções de criança que vem se estabelecendo, é, sem dúvida, fundamental, que

Políticas Públicas e Educacionais sejam articuladas para esta etapa da Educação, afinal, ela necessita de um amparo legal ao seu funcionamento, para que possa funcionar e oferecer um ensino de qualidade aos pequenos.

Foram então estabelecidas políticas voltadas às peculiaridades desta etapa, o que requer um olhar e uma atenção muito especial das escolas, uma vez que devem estar preparadas para atender a nova demanda presente na realidade.

Repensar a Educação Infantil é uma tarefa urgente para as nossas escolas e órgãos que atendem crianças na faixa etária de 0 a 6 anos, pois as mesmas apresentam peculiaridades que estão sendo esquecidas. Muitas escolas estão ainda focalizadas nos cuidados básicos indispensáveis aos pequenos, e se esquecendo de contemplar ações que proporcionem o ato educativo dentro de práticas educativas.

A constante visão de cuidados que predominou durante muitos anos precisa ser repensada pelas instituições. Ainda é necessário que se busque estudos e leituras que fundamentem essa área. Entender o que as Políticas estão contemplando à etapa aqui discutida é fundamental às escolas, e, principalmente, entender como o desenvolvimento infantil se desenvolve em cada etapa.

As mudanças que vem acontecendo no decorrer da história da criança, infância, Educação Infantil, das Políticas Públicas devem ser acompanhadas diariamente pelas instituições, com vistas a atender e dar conta do espaço que vêm adquirindo no panorama educacional brasileiro.

Diante das mudanças que ocorreram no panorama da Educação Infantil, busca-se, neste Trabalho de Especialização, responder à seguinte questão de pesquisa: Como as concepções e as práticas pedagógicas acerca da Educação Infantil estão relacionadas com as Políticas Públicas atuais?

Para atender tal busca, como objetivo geral, estabeleceu-se: Refletir sobre as concepções desenvolvidas acerca da Educação Infantil, estabelecendo uma relação entre as Políticas Públicas Educacionais que fazem parte da atualidade. Na mesma linha, como objetivos específicos, destacam-se: Realizar um mapeamento das Legislações para Educação Infantil considerando as Públicas a partir de 1988; Descrever as fases do desenvolvimento infantil a partir das concepções

interacionistas de aprendizagem; Analisar as orientações legais no que concerne à definição da creche e pré-escola como espaço educativo para as crianças.

Esse estudo foi realizado tendo por base uma pesquisa bibliográfica, mediante uma consulta de referenciais teóricos pertinentes, baseado em três categorias de análise: Legislações para Educação Infantil, concepções interacionistas de aprendizagem e, creche e pré-escola como espaço educativo. Conforme Gil (1995), todo o processo de investigação pressupõe etapas a serem seguidas. Nesse contexto, primeiramente, priorizou-se a identificação das fontes capazes de fornecer subsídios adequados à solução da problemática levantada. Após, procedeu-se uma leitura exploratória e seletiva para determinação do material pertinente à pesquisa, em que foram consideradas as categorias acima elencadas. Consecutivamente, empreenderam-se esforços na leitura analítica que teve o objetivo de organizar e dispor informações das fontes de consulta, as quais possibilitassem uma melhor obtenção dos objetivos pretendidos. Por fim, buscou-se estabelecer conexões entre os referenciais estudados; conferindo um significado mais amplo e elaborado, com inferências da pesquisadora a partir dos estudos bibliográficos, organizando o plano de exposição do presente trabalho.

Os principais referenciais que subsidiaram esta monografia final de especialização estão ancorados em autores como: Craidy e Kaercher (1998), Oliveira (2002), Brasil (1998); Brasil (2006); Brasil (2001), Brasil (2009), Piaget & Inhelder (2007); Kuhlmann (1998); Vigosky (1998); Wallon (2007); Torres (2001), Santos (1999).

O trabalho está estruturado em capítulos compostos da seguinte forma: primeiro capítulo apresenta breves reflexões acerca da Educação Infantil e sua trajetória nas políticas públicas e educacionais; segundo capítulo – destaca concepções sobre a criança e ao desenvolvimento infantil, com base nas concepções interacionista da aprendizagem; terceiro capítulo – trata de aspectos indispensáveis à creche e pré-escola como espaço educativo; capítulo quatro – diz respeito à metodologia da pesquisa bibliográfica como suporte para o referencial e reflexões aqui elencadas. Na conclusão, são apresentadas as considerações finais, que procuram evidenciar a síntese de todo o trabalho e das reflexões mais

importantes, tendo por base os objetivos propostos e a observância das indicações mais relevantes nos referenciais da pesquisa.

1 EDUCAÇÃO INFANTIL

“A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade” (BRASIL, 1996, p.12). No entanto, em sua trajetória histórica, nem sempre a Educação Infantil foi percebida desta forma, pois durante muitos anos havia, não apenas no Brasil, mas em muitos outros países, estudos e perspectivas acerca da Educação Infantil.

Com base nas ideias de Craidy e Kaercher (1998), por muitos anos, a educação das crianças foi considerada como responsabilidade das famílias ou dos grupos sociais aos quais pertenciam. Era por meio do contato com os adultos e com as demais crianças com as quais ela se relacionava que aprendia a fazer parte desse grupo. Durante um longo tempo, não existia nenhuma instituição responsável por compartilhar com a família as responsabilidades pela educação e desenvolvimento das crianças. Pode-se dizer que educação infantil como a atual é uma realidade ainda muito recente, afinal, nem sempre, políticas que pudessem norteá-las eram disponibilizadas. Infere-se, por conseguinte, que a Educação Infantil tem uma trajetória histórica.

O surgimento das Escolas de Educação Infantil no Brasil, como instituição de educação, ainda é um tema muito novo, pois até o século XIX atender as crianças pequenas longe de suas mães, em creches ou pré-escolas, é quase que inexistente no Brasil. Todavia, na área rural, onde se estabelecia a maior parte da população nesta época, as famílias dos fazendeiros acabavam por assumir o cuidado de muitas crianças órfãs abandonadas no nascimento pelas mães. (OLIVEIRA, 2002).

No final do século XIX, embasando-se em Oliveira (2002), com os preceitos educacionais da Escola Nova, feitos na Europa e trazidos para o Brasil por influências americanas e europeias, tem-se então um produto oriundo do estrangeiro às crianças mais pobres: os “jardins de infância”, que tinha por objetivo: “[...] caridade e destinavam-se aos mais pobres, não deveriam ser mantidos pelo poder público” (2002, p. 93).

Os jardins de infância tinham características meramente assistencialistas, e ofereciam cuidados aos pequenos mais pobres e desamparados, como forma de

caridade, sem nenhum tipo de preocupação às necessidades e potencialidades que os pequenos tinham. Não havia nenhuma concepção ou possível característica de educação e de preocupação com o desenvolvimento das crianças.

Em 1899, com base em Oliveira (2002), foram fundados O Instituto de Proteção e Assistência a Infância, que precede, em 1919, a criação do Departamento da Criança, o que suscitou ainda mais a ideia de assistencialismo às crianças.

A crescente industrialização desta época fez com que crescessem as ofertas de empregos para os trabalhadores. Considerados os mais fortes, os homens trabalhavam no campo, nas lavouras, o que fez com que as mulheres tivessem a oportunidade de adquirirem empregos nas fábricas. No entanto, com o crescente número de mulheres trabalhando, os filhos pequenos não tinham com que ficar. Surgem então as “criadeiras” que cuidavam dos filhos das mães que iam para a fábrica trabalhar. (OLIVEIRA, 2002)

Nas décadas de 20 e 30, surgiram inúmeras reivindicações por parte dos operários, o que fez com que os empresários criassem vilas operárias, clubes, algumas creches e escolas maternais para cuidar dos filhos dos trabalhadores, visando atrair e continuar com a força operária. (OLIVEIRA 2002).

Na década de 40, algumas iniciativas foram tomadas na área da saúde, previdência e assistência: “Entendidas como “mal necessário”, as creches eram planejadas como instituição de saúde, com rotinas de triagem, lactário, pessoal auxiliar de enfermagem, preocupações com a higiene do ambiente físico” (OLIVEIRA 2002, p. 100).

As creches tinham como função principal atender as necessidades de sobrevivência dos filhos dos operários da fábrica, o que se torna ainda mais forte quando o atendimento oferecido tem como profissionais o pessoal da enfermagem. Esses unicamente voltados à saúde dos pequenos; fato ainda mais enfatizado com a criação pelo Ministério da Educação e Saúde: “a casa da criança”, em 1942.

Já na segunda metade do século XX, o Brasil capitalista continua a impor barreiras às condições de vida da maioria das pessoas. Diante da continuidade do aumento da industrialização e urbanização, as mulheres passam a estar presentes

cada vez mais no mercado de trabalho, o que faz com que se intensifiquem a criação de creches. (OLIVEIRA, 2002).

Na trajetória histórica, o assistencialismo foi uma característica muito forte da Educação Infantil, pois a maioria das instituições criadas tinha como objetivo único oferecer os cuidados aos pequenos, que eram considerados indefesos, e sempre necessitando do adulto por perto, para lhes oferecer uma imagem a ser admirada e reproduzida como única e verdadeira.

A concepção assistencialista perdurou por muitos anos. No entanto, hoje em dia, esse modelo de Educação assistencialista já não atende mais as necessidades e potencialidades dos educandos.

Na verdade, as constantes transformações que acontecem na história das creches e pré-escolas no Brasil são com o intuito de atender necessidades sociais, culturais, econômicas que se vivencia em cada época. Com base na Política Nacional de educação infantil que discute o direito das crianças de seis anos idade:

A Educação Infantil, embora tenha mais de um século de história como cuidado e educação extradomiciliar, somente nos últimos anos foi reconhecida como direito da criança, das famílias, como dever do Estado e como primeira etapa da Educação Básica. (BRASIL, 2006, p. 7)

O reconhecimento da Educação Infantil como local educativo iniciou-se mais fortemente no Brasil com a constituição de 88, onde ela passou a ter vez frente às Políticas Educacionais que vinham sendo estudadas e estabelecidas. A partir desse marco na história da Educação para as crianças de 0 a 6 anos, começam a ser previstas e criadas novos conceitos, novas concepções, novos olhares à etapa de desenvolvimento das crianças pequenas no Brasil.

As crescentes e contínuas transformações na trajetória da Educação fizeram com que a sociedade passasse a preocupar-se com as crianças, com o seu desenvolvimento, com as suas necessidades, com as suas potencialidades. Isso também exigiu profissionais capacitados e aptos para trabalhar com elas.

Se antigamente os estudantes de enfermagem atendiam as crianças nas creches, isso já não é possível, devido à legislação vigente no Brasil e aos rumos que a escola infantil tomou. Hoje, elas têm como um dos objetivos principais o atendimento sob todos os aspectos às crianças, ou seja: como um ser humano

capaz de pensar, sentir, agir, de construir sua personalidade e história de vida e, nesses aspectos, as alternativas de trabalho devem ser centradas na Educação Infantil.

1.1 A caminhada da Educação Infantil nas políticas públicas e educacionais

A Educação Infantil é uma etapa da Educação Básica que vem se consolidando cada vez mais nas Políticas Públicas e Educacionais, fazendo parte da atualidade. Se durante muitos anos a Educação Infantil foi concebida como assistencialista e compensatória, hoje, as Políticas Públicas Educacionais contemplam tal modalidade de ensino como um espaço mais significativo ao desenvolvimento das crianças, onde o objetivo principal deve estar centrado na educação e nos cuidados a elas indispensáveis.

No decorrer da trajetória da Educação Infantil percebem-se muitas transformações, no sentido de atender com mais qualidade as crianças que a frequentam. No entanto, essa etapa da Educação passou a ser contemplada pelas nossas Políticas Públicas a partir da constituição de 1988, onde passou a ter mais relevância como uma modalidade educativa e somente assistencialista.

Anterior à constituição de 88, havia a lei 5692/71, porém, essa só apresentava reformas no ensino de 1º e 2º graus, não apresentava nenhuma referência à Educação Infantil. (BRASIL, 1971)

A partir da legislação de 1988, a educação passa a ser contemplada nas Políticas Públicas educacionais, mesmo que de forma ainda muito sintética, pois a Educação Infantil aparece no Art. 30, como competência dos Municípios em seu parágrafo VI: “manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental” (BRASIL, 1988). Esse texto foi alterado pela Emenda Constitucional nº 53 de 2006, quando se refere à pré-escola, lê-se educação infantil. (BRASIL 2006). Tal conquista foi um passo muito importante, pois abriu caminhos para que fosse possível melhorar esta etapa da educação.

De acordo com Torres (2001), em 1990, em Jomtiem, Tailândia, realizou-se a Conferência Mundial sobre a “Educação para Todos”, da qual participaram cento e cinquenta e cinco (155) governos, e que assinaram a Declaração Mundial e um Marco de Ação, “comprometendo-se a garantir uma “educação básica de qualidade” para crianças, jovens e adultos”. (2001, p. 7).

A Declaração Mundial de Educação para Todos, em seu artigo 5º, apresenta a necessidade da ampliação dos meios e do raio de ação da Educação Básica:

A aprendizagem começa com o nascimento. Isto implica cuidados básicos e educação inicial na infância, proporcionados seja por meio de estratégias que envolvam as famílias e comunidades ou programas institucionais, como for mais apropriado” (JOMTIEM, 1990, p. 8).

Percebe-se, de forma não muito explícita, que a Educação Infantil foi contemplada na Declaração, pois traz a aprendizagem como um fator importante que precisa ser valorizado desde o nascimento das crianças. Afinal, as mesmas necessitam de cuidados indispensáveis à sobrevivência. Além disso, precisam de uma educação que deve ser iniciada na primeira infância. Não se faz necessário esperar que a criança tenha idade de frequentar a educação básica para que ela possa aprender, ao contrário, essa aprendizagem vai se consolidando de acordo com o seu desenvolvimento e com as suas necessidades. Afinal, as crianças aprendem o que vivenciam, e, por isso, a Educação Infantil, aliada ao papel da família, é uma etapa importante, já que considera os aspectos indispensáveis ao desenvolvimento, aprendizagem e cuidados na infância.

Em 1996, é decretada e promulgada a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro, que estabelece as Diretrizes e Bases para a Educação Nacional. Trazendo em seu Título V Dos Níveis e Modalidades de Educação e Ensino, a Educação Infantil, juntamente com o ensino fundamental e ensino médio são consideradas partes integrantes da Educação Básica. (BRASIL, 1996).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) destaca a finalidade da Educação Infantil, na Seção II art. 29, quando afirma que:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 1996, p. 12)

Nesse ínterim, a Educação Infantil passa a ocupar um espaço significativo dentro das Políticas Públicas Educacionais do Brasil, pois o que antes era oferecido às crianças como forma de assistencialismo, visando somente os cuidados para com as mesmas, começa a ter um lugar mais significativo. Porque começa a estabelecer metas, finalidades e objetivos que precisam ser almeçados para o atendimento as crianças na infância.

Além disso, a Legislação deixa bem claro como a Educação Infantil deve ser oferecida nas instituições de ensino, de acordo com o Art. 30, em seu inciso “I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;” e no seu inciso “II – pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos de idade”. (BRASIL, 1996, p. 12)

A LDBEN, Lei nº 9.394/96 trouxe inúmeras contribuições à Educação Infantil, deixando mais claro às escolas e demais instituições a finalidade desta etapa educacional, bem como a forma mais indicada para que ela seja estruturada. Isso faz com que as instituições tenham maior clareza acerca de como necessitam se organizar e ofereçam uma infância mais rica e mais prazerosa aos alunos que frequentam as escolas.

No entanto, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no que se refere à ampliação do ensino fundamental para nove anos, existem alterações para atender à nova exigência legal. De acordo com a Lei 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, em seu Art. 3º, que altera a redação do Art. 32 da LDBEN, (BRASIL, 2006), o novo texto passa a vigorar com o seguinte conteúdo: “O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão [...]”.

Desta forma, a Educação Infantil, de acordo com as Políticas Educacionais vigentes, passa a trabalhar com crianças na faixa etária de 0 a 5 anos de idade, no entanto, essa alteração legal não faz com que os objetivos e as finalidades desta etapa educacional sejam alterados. A Educação Infantil tem um compromisso muito grande com a aprendizagem e desenvolvimento integral das crianças em todos os seus aspectos físicos, sociais, culturais e cognitivo.

Tem-se ainda no ano de 1998, a publicação dos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, que:

Constitui-se em um conjunto de referências e orientações pedagógicas que visam a contribuir com a implantação ou implementação de práticas educativas de qualidade que possam promover e ampliar as condições necessárias para o exercício da cidadania das crianças brasileiras. (BRASIL, 1998, p. 13)

Observa-se que os referenciais apresentam subsídios para o trabalho do professor, que vêm para contribuir na busca de uma Educação Infantil de maior qualidade nas creches, pré-escolas e entidades equivalentes do país. Os documentos podem ser uma forma de auxiliar os professores na construção do trabalho pedagógico, e também uma maneira de consolidar uma política que sirva como referência do trabalho desenvolvido na Educação Infantil.

No ano de 2000, ocorre a aprovação do Parecer/CNE/CEB nº 4/2000 que apresenta as Diretrizes Operacionais à Educação Infantil, com o objetivo principal de enfatizar aspectos voltados à:

Vinculação das Instituições de Educação Infantil aos Sistemas de Ensino;
Proposta Pedagógica e Regimento Escolar;
Formação de Professores e outros Profissionais para o trabalho nas instituições de Educação Infantil;
Espaços Físicos e Recursos Materiais para a Educação Infantil. (BRASIL, 2000, p. 619-620)

Estes objetivos enfatizam a importância e a relevância da Educação Infantil, pois se trata de uma etapa integrante da Educação Básica, na qual precisam ser destacadas a indissociabilidade entre as ações que envolvam o cuidar e o educar. Nisso incluindo uma concepção de responsabilidade entre as famílias e o poder público, na busca da construção de uma identidade própria da Educação Infantil que reconheça as necessidades e os interesses das crianças.

Também em 2000, o Congresso Nacional decreta O Plano Nacional de Educação, (BRASIL 2001), que apresenta as diretrizes, metas e objetivos para a Educação Nacional, em todas as modalidades. No qual:

A educação infantil é a primeira etapa da Educação Básica. Ela estabelece as bases da personalidade humana, da inteligência, da vida emocional, da

socialização. As primeiras experiências da vida são as que marcam mais profundamente a pessoa. Quando positivas, tendem a reforçar, ao longo da vida, as atitudes de autoconfiança, de cooperação, solidariedade, responsabilidade. As ciências que se debruçaram sobre a criança nos últimos cinquenta anos, investigando como se processa o seu desenvolvimento, coincidem em afirmar a importância dos primeiros anos de vida para o desenvolvimento e aprendizagem posteriores. E têm oferecido grande suporte para a educação formular seus propósitos e atuação a partir do nascimento (BRASIL, 2001, p. 12).

Neste sentido, a Educação Infantil é uma etapa muito importante para o desenvolvimento das crianças, pois é quando as mesmas se descobrem e formam a personalidade. É nesta etapa que as experiências mais significativas acontecem e marcam mais profundamente os pequenos, ainda mais se as experiências são positivas, fazendo com que elas adquiram mais confiança e responsabilidade ao longo da vida.

Muitos estudos têm sido realizados sobre a infância, as crianças e a Educação Infantil, comprovando cada vez mais a importância desta etapa de ensino para a aprendizagem e desenvolvimento das crianças.

As Políticas Públicas Educacionais estabelecidas ao longo da trajetória da Educação Infantil ocorreram com o intuito de fortalecer e de buscar maior equidade entre as aprendizagens, que podem ser construídas no decorrer do desenvolvimento das crianças de 0 a 5 anos. No entanto, não se pode tomá-las como um caminho único a ser seguido, ao contrário, elas estão presentes para dar o suporte necessário ao trabalho. É necessário estar atento, principalmente às peculiaridades desta etapa e às necessidades e curiosidades dos alunos que frequentam as escolas.

O Plano Nacional (BRASIL, 2001) destaca que, no decorrer dos dez anos de prazo à consolidação das metas e objetivos para a Educação Infantil, a demanda poderá, sem dúvida, ser atendida com qualidade, o que beneficiaria todas as crianças que tiverem acesso a essa etapa da educação. Entretanto, é fundamental que se tenha maiores orientações pedagógica nesta área e, além disso, medidas administrativas que busquem a melhoria e a qualidade dos serviços oferecidos. Tais medidas, envolvendo a natureza política, econômica, social, que propiciem a valorização e o atendimento das necessidades das crianças, como educação, assistência social, justiça, trabalho, cultura saúde. Enfim, que priorize as

necessidades básicas de aprendizagem e de desenvolvimento das crianças na faixa etária de 0 a 5 anos.

O Plano Nacional para a Educação estabelece metas e objetivos para serem alcançados no decorrer de no máximo dez anos, dos quais se destacam:

Ampliação de oferta de Educação Infantil; Elaboração de padrões mínimos de infra-estrutura; Adaptar prédios conforme infra-estrutura estabelecida; Estabelecer programas de Nacionais de formação de profissionais de Educação Infantil; As instituições de Educação Infantil elaborem seus projetos pedagógicos; Garantir alimentação para as crianças; Adotar progressivamente o atendimento em turno integral as crianças; Estabelecer parâmetros de qualidade para o atendimento a Educação infantil; Ampliar a oferta de cursos de formação para a Educação Infantil; (BRASIL, 2001).

Essas metas têm como finalidade principal qualificar cada vez mais o atendimento oferecido às crianças na Educação Infantil. É fundamental que haja a colaboração da união, dos estados, dos municípios e, além disso, a participação das escolas e da comunidade, com vistas ao êxito a todas as metas estabelecidas para o ano de 2011.

Em 2006, têm-se as Políticas Públicas Educacionais apresentadas pelo governo Federal, nos Parâmetros de Qualidade para Educação Infantil, editados em dois volumes. Por meio delas, o objetivo é traçar parâmetros de qualidade capazes de atender as diferenças regionais de maneira flexível; permitindo que as manifestações culturais de cada escola, comunidade, cidade e região possam ser evidenciadas de acordo com a base nacional comum (BRASIL, 2006).

A criação dos Parâmetros de Qualidade à Educação Infantil é importante, no ponto em que se consegue estabelecer dentro de uma base comum, as peculiaridades de cada região, cultura e realidade. Eles devem ser o suporte para o trabalho com as crianças, porém, devem ser utilizadas contemplando as diferenças regionais brasileiras.

Os Parâmetros de Qualidade para a Educação Infantil (BRASIL 2006. p.8), tem como objetivo “[...] estabelecer padrões de referência orientadores para o sistema educacional no que se refere à organização e funcionamento das instituições de Educação Infantil”, ou seja, buscam apresentar padrões para o

trabalho que é oferecido nas instituições de Educação Infantil, que possibilitem o desenvolvimento integral das crianças.

Os parâmetros de Qualidade (BRASIL, 2006) trazem uma discussão bem interessante e desafiadora acerca da qualidade na Educação Infantil, que deve ser evidenciada atendendo exigências locais, regionais e nacionais. É fundamental que cada município incorpore em seus projetos indicadores de qualidade elencados pela respectiva comunidade local.

Em 2009, é aprovado o Parecer CNE/CEB nº 20/2009 que apresenta a Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, com o intuito de incorporar as mudanças, os avanços, tanto na política quanto na produção científica e, principalmente, nos movimentos sociais que vêm acontecendo na área, afinal, a valorização e incorporação dessas mudanças são instrumentos fundamentais para a garantia de uma Educação Infantil de qualidade às crianças do Brasil (BRASIL, 2009).

Ainda no ano de 2009, tem-se a Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, (BRASIL, 2009), que apresenta em seu Art. 208, Inciso “I - educação básica obrigatória e gratuita dos quatro (4) aos dezessete (17) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria”; o que torna a Educação Infantil a partir dos 4 anos de idade obrigatória, ou seja, as crianças estarão ingressando mais cedo na escola, o que é importante na medida que contemple e, acima de tudo, seja uma educação vinculada à Educação familiar.

A obrigatoriedade da Educação Básica aos quatro (4) anos de idade faz com que todas as crianças com idade pré-escolar ingressem nas instituições de ensino até 2016. No entanto, não basta simplesmente matriculá-las sem oferecer condições favoráveis ao seu desenvolvimento e aprendizado. Deve-se ter um olhar sensível a estes aspectos, para que a grande conquista venha acompanhada também de uma educação de qualidade, buscando sempre o ato educativo como a característica fundamental e indissociável dos cuidados.

A Educação Infantil não pode ser concebida como uma etapa de escolarização, no qual as crianças ingressam para aprenderem a pintar, ler, escrever, mas como uma etapa educacional que seja progressiva e dê continuidade

às aprendizagens que ela constrói no ambiente familiar. Afinal, desde o nascimento, as crianças já fazem parte de um ambiente de aprendizagem e conhecimento, de cultura que devem ser valorizados e explorados na escola, para a formação integral de cada sujeito.

As Políticas Públicas e os documentos legais buscam fortalecer e articular estratégias, planos, metas e objetivos para a Educação Infantil, de maneira que ela torne-se indispensável e fundamental na Educação brasileira, não somente como um ambiente de assistência, mas como uma ambiente onde os sujeitos possam, a partir das experiências e representações de mundo, enriquecer sua aprendizagem.

2 A CRIANÇA E O DESENVOLVIMENTO INFANTIL

A Educação Infantil apresenta, ao longo de sua trajetória, diversas concepções e conceitos sobre a criança e o seu desenvolvimento, que foram sendo estudados cada vez mais na busca de oferecer a elas melhores possibilidades de desenvolvimento e de aprendizagem, enquanto sujeitos integrantes de uma cultura e de uma sociedade.

Os Parâmetros de Qualidade para a Educação Infantil (2006) destacam as mudanças ocorridas acerca das concepções de criança, que durante muitos anos foi vista como um adulto em miniatura. No entanto, após vários estudos, a mesma passou a ser concebida como um ser humano único, completo e indivisível, em desenvolvimento completo, devido as suas características, constituição física, formas de se relacionar, de se manifestar, de refletir. Em crescimento porque o seu corpo está, desde o nascimento, em formação, com aumento de peso e altura. Em desenvolvimento frente às transformações tais características.

As transformações por que as crianças passam como seres humanos são tanto qualitativas, quanto quantitativas, pois a cada dia estão diferentes, e conseguem realizar coisas novas. Nem uma criança é igual a outra, o bebê é diferente a cada dia e é ainda diferente daquele bebê que já engatinha, que é diferente daquele que já fala, diferente daquele que já corre, diferente do que mama. O crescimento e desenvolvimento das crianças são tanto do ponto de vista físico quanto psicológico, e, além disso, um depende do outro para acontecer (BRASIL, 2006).

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil é um documento legal, produzido como subsídio para o trabalho que é realizado nas creches e pré-escolas. O mesmo enfatiza que:

A criança como todo o ser humano, é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico. É profundamente marcada pelo meio social em que se envolve, mas também o marca [...] (BRASIL1998, p.21)

A criança é um sujeito social, capaz de entender e compreender a realidade e o meio no qual esta inserida. Muitas vezes, a elas se atribuindo um papel de inocente e até mesmo de incapaz, por serem sujeitos ainda tão pequenos. Essa concepção torna-se, na maioria das vezes, equivocada, pois as crianças têm capacidade de abstrair as informações que o meio e a cultura oferecem, são capazes de sentir, pensar e agir.

Se antigamente as crianças eram vistas como indefesas e meras reprodutoras da imagem do adulto, hoje, trata-se de uma concepção que está aos poucos se modificando, emergindo no campo educacional uma nova concepção de criança como criadora, capaz de estabelecer relações com as pessoas e com as coisas que estão a sua volta, um sujeito de direitos, integrante de uma história. (BRASIL, 2006)

Os Parâmetros de Qualidade para a Educação Infantil destacam a criança como integrante de uma sociedade, que vivendo no nosso país tem direito:

À dignidade e ao respeito; autonomia e participação; à felicidade, ao prazer e à alegria; à individualidade, ao tempo livre e ao convívio social; à diferença e à semelhança; à igualdade de oportunidades; ao conhecimento e à educação; a profissionais com formação específica; a espaços, tempos e materiais específicos (BRASIL, 2006, p. 19).

A criança é parte integrante de uma sociedade e tem direitos que devem ser respeitados em todo o território nacional. Elas devem ser tratadas igualmente, sem nenhum tipo de discriminação, diferença, por parte das pessoas; necessitam de respeito de carinho, de atenção e, acima de tudo, do auxílio do adulto. Principalmente, do professor, para que possam desenvolver as suas habilidades e as suas potencialidades.

Muitas vezes, atribui-se às crianças um papel reprodutor, que elas devem fazer o que os adultos mandam, sem o direito de questionar, fazendo com que se tornem sujeitos inseguros e dependentes. Não é esse ser humano que se quer formar. As mesmas devem ser desafiadas para a vida, para a sua formação como pessoa capaz de interagir com o meio social e com as pessoas que fazem parte da sua vida. Por isso, devem ser estimuladas e instigadas no desenvolvimento da personalidade autônoma e crítica, dando continuidade a suas formações familiares.

Como meio de consolidar os direitos inerentes às crianças e aos adolescentes do Brasil, tem-se no ano de 1990 a publicação da Lei nº 8069/90, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e que dá outras providências. Da qual se pode destacar o Art.3º:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade. (BRASIL, 1990, p. 9)

O Estatuto da Criança e do Adolescente vem garantir às crianças, pessoa até doze anos de idade incompletos; e aos adolescentes, pessoa entre doze e dezoito anos, os direitos fundamentais ao desenvolvimento e crescimento enquanto seres humanos, proporcionando aos mesmos todas as possibilidades, oportunidades e facilidades para que possam desenvolver-se de forma integral, sem prejuízos as suas capacidades e potencialidades.

O desenvolvimento infantil se consolida por meio das interações e das trocas que as crianças realizam com o meio social no qual estão inseridos, tornando-se indispensáveis condições e ações que contribuam significativamente para esse desenvolvimento.

O desenvolvimento das crianças durante a infância foi estudado por teóricos da história, dos quais aqui se destaca os interacionistas: Piaget, Vygotsky e Walon, que buscaram compreender como as crianças, os jovens e também os adultos se comportavam durante a vida.

Para dar conta de atender as peculiaridades do desenvolvimento, Piaget focalizou três estágios importantíssimos, pelos quais os pequenos passam em sua formação humana.

Piaget e Inhelder (2007) destacam quatro estágios do desenvolvimento que são: Sensório motor; Pré-operatório ou Inteligência simbólica; Operações concretas; Operatório formal. Piaget estudou a psicologia da criança não apenas partindo de fatores de maturação biológica, mas considerando as experiências adquiridas com a vida social em geral. Afinal, as crianças fazem parte de um contexto e trazem

importantes significações para a formação da sua inteligência e do seu desenvolvimento.

O estágio sensório motor vai do zero aos dois anos de idade, e tem como característica principal a ausência de função simbólica, ou seja, “o bebê ainda não apresenta pensamento, nem afetividade ligada a representações que permitam evocar pessoas, objetos na ausência deles” (PIAGET; INHELDER, 2007, p. 11). As crianças nesta faixa etária possuem uma inteligência prática, ou seja, conseguem o que desejam por meio das ações, sem a intervenção de qualquer tipo de representação e de pensamento. Com o passar dos meses, a criança vai os poucos aperfeiçoando suas ações, tornando-as mais intensas por meio de *insight*.

A função semiótica ou simbólica é ainda também conhecida como estágio pré-operatório, segundo Piaget e Inhelder (2007) vai dos dois aos sete anos. É quando a criança passa a desenvolver a função simbólica, atribuindo significado e função às pessoas e aos objetos. Neste estágio, destacam-se cinco condutas das crianças: 1) “*Imitação diferida*, isto é, aquela que principia na ausência de modelo”; 2) “*Jogo simbólico*, um gesto imitativo, porém acompanhado de objetos que se vão tornando simbólicos”; 3) “*Desenho*, a imagem gráfica”; 4) “*Imagem mental*, imitação interiorizada”; 5) “*Evocação verbal*, uso da linguagem relatando acontecimentos não atuais”. (PIAGET; INHELDER, 2007, p. 53).

Piaget e Inhelder (2007) confirmam ainda o estágio das operações concretas, que vai dos sete aos onze anos e o estágio operatório formal, ou o pré-adolescente, e as operações proporcionais que vai dos onze aos quinze anos.

É importante evidenciar na teoria de Piaget e Inhelder (2007) que os estágios pelos quais a criança passa em seu desenvolvimento são divididos, ou seja, seguem determinada ordem de sucessão que é constante, significando que a criança não pode chegar ao estágio do simbolismo sem antes ter passado pelo sensório motor. Contudo, é relevante lembrar que as idades em que tais estágios se desenvolverão em cada criança variam de uma para outra, devido a fatores externos que podem acelerar, ou até mesmo retardar cada um deles.

Vigotsky é outro autor que se destaca entre os interacionista que estudaram o desenvolvimento infantil, e defende:

[...] uma abordagem teórica e, conseqüentemente, uma metodologia que privilegia a mudança. O seu esforço em mapear as mudanças ao longo do desenvolvimento deve-se, em parte, à tentativa de mostrar as implicações psicológicas do fato de os homens serem participantes ativos e vigorosos da sua própria existência e de mostrar que a cada estágio de seu desenvolvimento a criança adquire os meios para intervir de forma competente no seu mundo e em si mesma (VIGOTSKY 1998, p. 163).

Observa-se, então, que a mudança é um fator primordial na teoria do desenvolvimento de Vigotsky, pois o que ele busca é mostrar que os homens possuem a capacidade nata de serem participantes ativos da própria vida, capazes de construir a sua história. Essa capacidade do ser humano tornar-se ativo dentro da sociedade vem se construindo a cada dia e a cada estágio de desenvolvimento; pois todas as experiências pelas quais as crianças passam até a fase adulta fortalecem cada vez mais a capacidade de intervir em situações e ações do próprio cotidiano.

Para Vigotsky (1998), a aprendizagem deve ser combinada de alguma forma com o nível de desenvolvimento em que a criança se encontra, por exemplo, não se pode exigir de uma criança de dois anos que ainda não está com a coordenação motora fina desenvolvida completamente, que recorte perfeitamente uma imagem. Para que fosse possível melhor compreensão entre as relações reais dos processos de desenvolvimento e a capacidade de aprendizagem, Vigotsky elencou pelo menos dois níveis de desenvolvimento: O nível de desenvolvimento real, e o nível de desenvolvimento potencial.

Segundo Vigotsky (1998, p. 111), o nível de desenvolvimento real é “[...] o nível de desenvolvimento das funções mentais da criança que se estabeleceram como resultado de certos ciclos de desenvolvimento já *completados* [...]”, ou seja, aquilo que a criança já tem capacidade de realizar sozinha, sem o auxílio ou ajuda do adulto.

Entre o nível de desenvolvimento real e o nível de desenvolvimento potencial da criança, o autor destaca a zona de desenvolvimento proximal que é:

[...] a distancia entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes (VIGOTSKY, 1998, p. 112).

Com base nos estudos apresentados pelo autor supracitado, pode-se inferir que o desenvolvimento infantil apresenta etapas que necessita serem alcançadas e superadas pelas crianças, ou seja, o desenvolvimento real são todas as conquistas alcançadas, aquilo que elas já conseguem realizar sozinhas, sem nenhum tipo de auxílio; e o desenvolvimento potencial são as ações que ainda não alcançadas pelas crianças, porém, elas necessitam de estímulos, incentivos e do auxílio de uma pessoa para que consiga efetivá-lo.

Os autores Mahoney e Almeida (2006), ancorados na teoria de Wallon (2007), apresentam os estágios sobre o desenvolvimento da pessoa, devem ser observados desde o nascimento do bebê, e se apresentam como uma psicologia do desenvolvimento da personalidade, que busca a integração entre afetividade e inteligência.

Estágio Impulsivo emocional. Na primeira fase, *impulsiva* (0 a 3 meses), predominam atividades que visam à exploração do próprio corpo em relação às suas sensibilidades internas e externas. [...] na segunda fase, *emocional* (3 a 12 meses) já é possível reconhecer padrões emocionais diferenciados para medo, alegria, raiva etc. Inicia-se assim o processo de discriminação de formas de se comunicar pelo corpo (MAHONEY; ALMEIDA 2006, p. 13).

O estágio impulsivo emocional busca desenvolver a descoberta do corpo e do mundo do qual a criança faz parte, partindo sempre do seu corpo. Elas iniciam a interação com as pessoas e com os objetos por meio de ações e gestos que partem das expressões corpóreas.

“*Estágio Sensório motor e Projetivo.* As atividades se concentram na exploração concreta do espaço físico pelo agarrar, segurar, manipular, apontar, sentar, andar etc., auxiliadas pela fala que se acompanha por gestos” (MAHONEY; ALMEIDA 2006, p13). Compreende a idade de um ano aos três anos de idade, na qual os pequenos começam a desenvolver habilidades como: pegar os objetos e movimentar-se no meio onde convive. Tais atividades passam a ser acompanhadas da fala e de gestos que vão se tornando corriqueiras às crianças.

Os autores apresentam também:

Estágio do Personalismo. Exploração de si mesmo, como um ser diferente de outros seres, construção da própria subjetividade por meio das

atividades de oposição (expulsão do outro) e ao mesmo tempo de sedução (assimilação do outro), de imitação (MAHONEY; ALMEIDA 2006, p. 13).

No estágio do personalismo que vai dos três anos aos seis anos, as crianças já realizam ações mais intensas e expressivas, onde já se inicia a separação entre o eu e o outro que é a característica predominante deste estágio. A criança passa a formar a personalidade por meio das interações e das experiências que adquire com as pessoas e com os espaços nos quais convive.

Após o estágio do personalismo, os autores trazem:

Estágio Categorical. A diferenciação nítida entre o *eu* e o *outro* dá condições estáveis para a exploração mental do mundo físico mediante atividades de agrupamentos, seriação, classificação, categorização em vários níveis de abstração até chegar ao pensamento categorial (MAHONEY; ALMEIDA 2006, p. 13).

Compreende a idade entre 6 anos e 11 anos, no qual as crianças conseguem fazer a diferenciação clara entre ela e o outro, e as atividades já tornam-se mais intensas e desafiadoras, capazes de categorizar as atividades.

Na adolescência, que se inicia a partir dos 11 anos, os jovens já são capazes de agir de forma autônoma diante dos desafios do dia-a-dia. Tem-se o:

Estágio da Puberdade e Adolescência. Exploração de si mesmo como uma identidade autônoma, mediante atividades de confronto, auto-afirmação, questionamentos, ao mesmo tempo que se submete e se apóia nos grupos de pares, contrapondo-se aos valores tal como interpretados pelos adultos com quem convive (MAHONEY; ALMEIDA 2006, p. 13).

Os estágios, conforme Mahoney e Almeida (2006), são fundamentais para o desenvolvimento humano, no entanto, só poderão ter sentido dentro desta conjuntura temporal no momento em que um for desenvolvido e relacionado ao outro, ou seja, cada estágio deve ser preparado pelas atividades do anterior, bem como com atividades que proporcionarão às crianças alcançarem o próximo estágio. Não há, na verdade, como separar os estágios, pois eles são complementares e dependem um do outro para que possam ser desencadeados no decorrer das ações desenvolvidas.

A criança é um sujeito surpreendente em todas as suas ações e atitudes. Independentemente da etapa, estágio, ciclo de desenvolvimento no qual se encontre

o fundamental é que as atividades propostas possam dar conta de contemplar-lhes as necessidades e dificuldades, acima de tudo, fortalecendo suas potencialidades para que elas possam desenvolver-se de forma plena e satisfatória.

O desenvolvimento infantil inicia-se na formação do bebê, e por isso exige uma atenção muito especial, já que envolve peculiaridades únicas e varia de criança para criança, dependendo das suas experiências e das suas interações. Trabalhar com a Educação Infantil é uma tarefa muito desafiadora, exigindo dos profissionais conhecimentos inerentes à formação do sujeito como pessoa, como integrante de um meio social dotado de cultura que necessita ser valorizada.

3 CRECHE E PRÉ-ESCOLA COMO ESPAÇO EDUCATIVO

A escola de Educação Infantil, durante muitos anos, foi considerada um espaço de assistencialismo, pois tinha como função básica oferecer aos pequenos cuidados básicos para a sobrevivência das crianças que ainda não tinham idade para frequentar as escolas de ensino primário.

Com base na Política Nacional de educação infantil: pelo direito das crianças de seis anos idade (BRASIL, 2006), percebe-se que, desde as origens da Educação Infantil as modalidades de ensino e educação eram organizadas para darem conta de atender os objetivos e as classes sociais, ou seja, "creches concentravam-se predominantemente na educação da população de baixo poder econômico, enquanto as pré escolas eram organizadas, principalmente, para os filhos das classes média e alta". (BRASIL, 2006, p. 8 - 9). Nessa época, no entanto, as creches não atendiam somente crianças de zero a três anos; nem as pré-escolas a crianças de quatro a seis anos, onde se percebe uma trajetória histórica na qual essas faixas etárias foram tratadas de forma muito distintas.

A Política Nacional de educação infantil: pelo direito das crianças de seis anos idade (BRASIL, 2006) destaca que, tradicionalmente, no atendimento às crianças de zero a três anos ainda predominam os cuidados referentes à saúde, higiene e alimentação, e que a partir dos quatro anos as crianças já estão sendo preparadas para o acesso ao ensino fundamental. Essa dualidade ainda visível na Educação Infantil faz com se torne difícil lidar com uma perspectiva de integração entre cuidados e educação nas instituições que atendem crianças de zero a seis anos.

As creches foram criadas para atender as diferentes classes sociais, o que oferecia aos pobres um atendimento muito precário, conforme coloca Kuhlmann (1998, p. 183):

A pedagogia das instituições educacionais para os pobres é uma pedagogia da submissão, uma educação assistencialista marcada pela arrogância que humilha para depois oferecer o atendimento como dádiva, como favor aos poucos selecionados para o receber. Uma educação que parte de uma concepção preconceituosa da pobreza e que, por meio de um atendimento de baixa qualidade, pretende preparar os atendidos para permanecerem no

lugar social a que estariam destinados.

A pedagogia que as instituições ofereciam era com base no poder econômico das classes a que os pequenos pertenciam, ou seja, para a criança pobre o atendimento de baixa qualidade, sem nenhuma perspectiva de melhora de vida na sociedade. As crianças não podiam ter esperanças nem expectativas de buscar uma vida melhor, pois eram educadas para permanecer onde estavam. Não podiam ter acesso a uma educação de qualidade, só poderiam apreender aquilo que fazia parte de sua realidade, o que lhe era oferecido de forma muito precária.

Na verdade, nem se pode falar em educação, mas em assistencialismo, pois o atendimento oferecido às crianças eram cuidados básicos de sobrevivência, onde as pessoas mais velhas tinham que cuidar para os pequenos não caíssem nem se machucassem; não havendo nenhum tipo de interesse e preocupação com o seu desenvolvimento, enquanto criança e ser humano.

A pré-escola ainda passou, na década de 70, por uma concepção compensatória, quando, segundo Kramer (1992), os programas compensatórios surgiram para que a pré-escola solucionasse os problemas da escola elementar com médicos, nutricionistas, psicológicos, culturais e educacionais. A pré-escola tinha como função suprir as carências culturais educacionais e nas demais áreas que as crianças necessitassem, pois chegavam à escola muito precários, sem conhecimentos básicos necessários.

Ao ingressar no ensino elementar, as crianças eram desprovidas de conhecimentos e de orientações básicas necessárias para o seu desenvolvimento e aprendizagem. Dessa forma, caberia à pré-escola dar conta de tais necessidades das crianças de cinco e seis anos, fazendo com que se tornassem mais aptos e preparados para tal nível de educação.

Percebe-se que o espaço da creche e da pré-escola foi entendido de formas variadas no decorrer da trajetória histórica, o que faz com que atualmente ainda persista uma grande dificuldade de concebê-las como um espaço interativo onde se dão simultaneamente dois processos: o cuidar e o educar.

As crianças da Educação Infantil, segundo Craidy e Kaercher (1998), têm necessidades de carinho, atenção, segurança, fundamental para seu crescimento, e sem as quais teriam uma enorme dificuldade de sobrevivência. Juntamente com

essas necessidades que as crianças apresentam, nesta etapa, elas estabelecem um contato direto com o mundo que as cerca, por meio das experiências com pessoas, e coisas que fazem parte deste mundo. Frente a essas colocações, destaca-se que é impossível trabalhar com essas crianças sem que o cuidar e o educar fossem desenvolvidos de forma conjunta.

A etapa de da Educação Infantil é muito importante para as crianças, pois é o momento no qual eles vivenciam experiências e situações do cotidiano, fundamentais para a sua formação como pessoa. Por esse motivo, é necessário que se ofereça a elas um ambiente que lhes propicie desenvolvimento e aprendizagem. Porém, somente acontecerá se for compreendido e executado como um espaço educativo para os pequenos.

Quando se fala em educação para as crianças de zero a seis anos de idade, busca-se o fortalecimento de suas habilidades e potencialidades, bem como o desenvolvimento de atividades que possam minimizar-lhes as necessidades e dificuldades frente ao mundo e às coisas que estão a sua volta. É preciso oferecer às crianças atividades desafiadoras, que propiciem às mesmas o pensar, o agir, o sentir, para que compreendam de forma mais clara e simples as coisas e a realidade da qual fazem parte. Assim, pode-se falar em espaço educativo dentro da Educação Infantil.

Muitas vezes entende-se que as crianças são seres inocentes e indefesos e que não têm capacidade para certas atividades, porém não se deve pensá-las como indefesas e inocentes, mas como seres capazes, necessitando ser estimuladas e desafiadas frente às situações do cotidiano para que se tornem mais seguras e confiantes em si mesmas.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998) destaca que o educar na Educação Infantil significa propiciar aos pequenos situações que envolvam cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma conjunta; que essas situações contribuam para o desenvolvimento das capacidades das crianças nas relações interpessoais de ser e estar com os outros; buscando a aceitação, respeito, a confiança e o acesso aos conhecimentos que fazem parte de sua vida, de sua realidade, de sua cultura, de seu meio social, de forma mais ampla.

Educar é um processo muito complexo, principalmente, na Educação Infantil, pois, na maioria das vezes, os pais, e até mesmo os professores e a direção das escolas têm o ato educativo como ensinar letras, números, ler, escrever. No entanto, não se trata somente disso, o ato educativo para as crianças de zero a seis anos passa por vários fatores de desenvolvimento, sejam eles físicos, motores, psicológicos, entre outros.

Segundo os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil:

[...] para que sua sobrevivência esteja garantida e seu crescimento e desenvolvimento sejam favorecidos, para que o cuidar/educar sejam efetivados, é necessário que sejam oferecidas às crianças dessa faixa etária condições de usufruírem plenamente suas possibilidades de apropriação e de produção de significados no mundo da natureza e da cultura. As crianças precisam ser apoiadas em suas iniciativas espontâneas e incentivadas a: brincar; movimentar-se em espaços amplos e ao ar livre; expressar sentimentos e pensamentos; desenvolver a imaginação, a curiosidade e a capacidade de expressão; ampliar permanentemente conhecimentos a respeito do mundo da natureza e da cultura apoiadas por estratégias pedagógicas apropriadas; diversificar atividades, escolhas e companheiros de interação em creches, pré-escolas e centros de Educação Infantil (BRASIL 2006, p. 18-19).

O trabalho com Educação Infantil é muito desafiador, pois se trata de período de desenvolvimento que exige muitos cuidados, atenção e dedicação dos profissionais, sendo preciso conhecer os alunos, suas dificuldades e potencialidades. A partir daí, pensar e preparar nossas ações pedagógicas, no entanto, essas ações devem estar permeadas de atividades que auxiliem os alunos no seu desenvolvimento e no seu crescimento como seres humanos.

Proporcionar às crianças momentos de interação com a cultura e com a realidade na qual está inserida é fundamental para compreender e, acima de tudo, valorizar aquilo que é da sua vida. Porém, é indispensável que os momentos de aprendizagem oferecidos aos pequenos estejam relacionados a ações instigantes e interessantes para elas, e, como se encontram em uma faixa etária de crianças, proporcionar o brincar, o movimentar-se, expressar-se, o desenvolvimento da imaginação, da criatividade. Enfim oportunizar aos pequenos momentos de prazer e de realização, isso é ato educativo, isso é aprendizagem na Educação Infantil.

O que é ainda muito necessário para essa etapa da Educação é que as pessoas, a comunidade, os pais e a escola passem a entender que o ato educativo

não se restringe a ler e escrever, mas na formação da pessoa como ser humano, sendo fundamental e indispensável a proposição de atividades que visem o pleno desenvolvimento das mesmas.

Parâmetros de Qualidade para a Educação Infantil destacam que:

As propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil promovem as práticas de cuidado e educação na perspectiva da integração dos aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo/lingüísticos e sociais da criança, entendendo que ela é um ser completo, total e indivisível. Organizam intencionalmente as atividades das crianças ora estruturadas, ora espontâneas e livres. Promovem a interação entre as diversas áreas de conhecimento e os aspectos da vida cidadã, contribuindo para o provimento de conteúdos básicos necessários à constituição de conhecimentos e valores. Prevêem a intervenção das professoras e dos professores visando a atender e as características e necessidades das crianças. (BRASIL, 2006, p. 30)

As propostas para a Educação Infantil devem promover as práticas de cuidado e de educação, visando o desenvolvimento pleno dos educandos nos seus aspectos físicos, emocionais, cognitivos e sociais: a criança não pode ser separada em partes, pois o seu desenvolvimento se dá de forma contínua e integral, envolvendo todas as especificidades da sua idade.

Todos os momentos de cuidados indispensáveis na creche e na pré-escola devem ser realizados com dedicação pelos professores, tornando-os cada vez mais significativo para as crianças. Fazer da hora da alimentação um momento importante onde ela possa descobrir a importância dos alimentos, da mastigação, já que esses momentos é que fazem a diferença no espaço das escolas infantis, sendo muitas vezes vistos como uma forma de única e exclusiva de cuidados. Devem, no entanto, ser mais trabalhados e valorizados para que não se tornem chatos e indesejados pelas crianças. Não podem ser tratados sob a alegação de que a criança que não come vai ficar doente.

Os momentos de cuidados devem estar associados aos de conhecimentos e informações, para que sejam significativos ao crescimento e à vida das crianças, como forma de construção e formação de personalidade e de valores fundamentais à formação como cidadão, sempre buscando atender as características de cada criança.

A Educação Infantil, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 (BRASIL 2006, p.11), em seu Art. 30, orienta quanto aos níveis e respectivas idades, dizendo que deverá ser oferecido em: “I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II - pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade”. O que não significa dizer que a etapa da creche deve ser vista como espaço de cuidados, e da pré-escola como um nível de aprendizado à promoção para o primeiro ano.

Na verdade, esses dois níveis são importantíssimos para o desenvolvimento dos pequenos, e devem ser encarados e trabalhados com muita responsabilidade e compromisso. Precisam contemplar de forma satisfatória o desenvolvimento pleno do educando como a própria LDBEN (BRASIL 2006, p. 18 e 19), que também coloca, no seu Art.29, que a Educação Infantil é parte integrante da Educação Básica, o que remete a pensá-la etapa como um espaço educativo que, aos poucos, está sendo mais valorizado nas políticas públicas.

Desta forma, as creches e pré-escolas precisam ser vistas como um espaço educativo às crianças, pois é o lugar no qual que poderão complementar o seu desenvolvimento e o seu aprendizado, iniciado na família. O espaço da Educação Infantil necessita ser valorizado por todos, pois se trata de um ambiente onde os pequenos têm a oportunidade de interagir com as outras pessoas, adultos e crianças, de brincar, de correr, de conhecer e descobrir um novo mundo, novas experiências, que são fundamentais para que se desenvolvam.

Muitas vezes, pensa-se em Educação Infantil como um lugar onde as crianças ficam para cuidados enquanto os pais trabalham, pois muitos não têm com quem deixar os filhos. Atualmente, tal concepção não é mais aceitável para essa etapa da Educação Básica, pois se trata de um etapa da educação na qual são realizadas ações e práticas pedagógicas que visam o desenvolvimento infantil, o que é indispensável para que os pequenos tenham as habilidades e potencialidades fortalecidas. Acima de tudo, para que tenham a oportunidade de minimizar as suas necessidades e as suas dificuldades. À Educação Infantil cabe proporcionar o aprendizado para a vida, criando situações em que as crianças, desde o nascimento, interagir, explorando e conhecendo o mundo a sua volta. A partir das

experiências e dos conhecimentos, tornarem-se cidadãos críticos e ativos dentro da sociedade e do mundo.

4 ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

O trabalho final de especialização foi desenvolvido com base em uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, que segundo Triviños (2008) significa uma revisão aprofundada da literatura acerca do tema. O autor destaca também que é fundamental que os referenciais teóricos sejam analisados com coerência, consistência e originalidade.

Trabalhar com a pesquisa qualitativa requer responsabilidade e uma dedicação profunda do pesquisador, pois não significa simplesmente ler os textos, os livros de forma rápida e simples e sair escrevendo. Ao contrário, requer uma análise do que foi lido, uma interpretação profunda, procurando desvendar os pontos mais instigantes e significativos para o trabalho que está sendo desenvolvido.

A pesquisa bibliográfica:

É aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados (SEVERINO 2008, p. 122).

As características da pesquisa bibliográfica são muito significativas para os trabalhos que são realizados, envolve busca constante em livros, revistas, enfim, de materiais gráficos e de subsídios que possam embasar ideias e concepções acerca do trabalho desenvolvido.

Com base nas idéias de Gil (1994), uma das principais características da pesquisa bibliográfica está centrada no fato de permitir que o investigador faça a cobertura de uma gama bastante ampla dos fenômenos que estão sendo pesquisados, ao invés de pesquisar diretamente em loco. Isso enriquece a pesquisa que requer dados muito dispersos pelo espaço.

Porém, é fundamental que tal amplitude não comprometa a qualidade de pesquisa, e para que isso não aconteça é sempre importante que os dados coletados sejam buscados diretamente nas fontes originais, não em documentos secundários (Gil 2004).

Segundo Gil (2004), a pesquisa bibliográfica não tem regras rígidas que devem ser seguidas, pois há vários enfoques e também estilos de trabalhos que podem se realizados. Todavia, existem algumas tarefas importantes na realização da pesquisa, para que ela possa contemplar de forma satisfatória os objetivos que se deseja alcançar.

Neste sentido, a exploração das fontes bibliográficas (GIL, 2004) pode ser realizada em livros, revistas, periódicos, e artigos científicos, em materiais teóricos utilizados para sua concretização. Esse material pode ser buscado preferencialmente em bibliotecas especializadas, até mesmo na busca de orientações e sugestões com pessoas especializadas na área.

A leitura do Material, segundo Gil (2004), precisa ser seletiva e não exaustiva, que busque as ideias principais para o desenvolvimento da pesquisa.

No que se refere à organização do trabalho desenvolvido, o autor supracitado diz que o pesquisador precisa elaborar um fichamento dos materiais considerados mais significativos para o seu trabalho, neste contendo parágrafos, capítulos, o necessário para o interesse do pesquisador, dentro do tema proposto.

Na mesma linha da sistematização e análise dos dados encontrados, ele recomenda a ordenação e análise das fichas (GIL, 2004), pois para ele os fichamentos precisam ser organizados de acordo com o conteúdo, facilitando assim ao pesquisador na hora da utilização. É importante que sejam feitas análises acerca da confiabilidade do material que está sendo utilizado.

Quanto às conclusões, este estudioso recomenda que sejam realizadas a partir da análise dos materiais que foram lidos pelo pesquisador. Chega-se então a uma conclusão, que deve se coerente e significativa, e para isso o pesquisador deve estar atento aos objetivos elencados no início do trabalho, constatando-se sua contemplação (GIL, 2004). Desta forma, é fundamental ter uma atenção para que as conclusões estejam vinculadas aos dados que foram discutidos no decorrer do texto.

A pesquisa bibliográfica é, sem dúvida, um campo bastante amplo, e exige muitos e cuidados e delimitações por parte do pesquisador, fazendo com que esteja sempre atento a todas as leituras; para que mantenha coerência e credibilidade, fazendo com o trabalho torne-se seguro e agradável.

No entanto, muitas vezes se considera simples a realização de uma pesquisa bibliográfica, que basta ler as referências, mas, ao contrário disso, ler por ler não remete a nenhum significado. As leituras necessitam ser feitas com muita presteza e dedicação do pesquisador, para que ele possa tirar de cada texto a parte e o enfoque mais coerente e significativo ao tema abordando.

Por isso, para a realização deste estudo foi necessário organizar, elencar as fontes, anotar os dados importantes das fontes das quais foram retiradas cada informação, para garantir que a pesquisa bibliográfica respondesse ao problema de pesquisa, bem como o alcance dos objetivos propostos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar sobre Educação Infantil é uma tarefa desafiadora, pois envolve em seu contexto crianças de zero a cinco anos de idade, que durante esse período passam por um dos momentos mais peculiares do desenvolvimento. Todavia, se durante muitos anos tal etapa foi encarada como assistencialista, atualmente, não é mais possível aceitar que as pessoas a vejam sobre este olhar.

Durante muitos anos, as concepções e as práticas pedagógicas foram minimizadas aos cuidados básicos para a sobrevivência das crianças, afinal, os pais necessitavam trabalhar e elas eram deixadas sobre a responsabilidade de pessoas mais velhas que pudessem atender as suas necessidades básicas de sobrevivência.

Após muitos anos de concepções assistencialistas acerca da Educação Infantil, iniciaram-se estudos relacionados à criança, à infância e à Educação Infantil. Nesse contexto, as crianças de zero a cinco anos passaram a ter importância, acima de tudo, a serem valorizadas como seres humanos integrantes de uma sociedade.

Frente a esses estudos, a Educação Infantil passou a ter espaço nas Políticas Públicas Educacionais, o que faz com que se tornasse necessário rever as práticas pedagógicas até então pensadas para esse espaço. Apenas cuidados já não eram mais suficientes para dar conta das necessidades e das potencialidades destes sujeitos.

Com o passar dos anos, estudos e principalmente as políticas públicas para a infância foram se fortalecendo cada vez mais, permitindo que essa etapa da Educação Básica passasse a ser discutida e desenvolvida com base em políticas educacionais que dessem conta à finalidade dessa etapa educacional.

Hoje, a Educação Infantil é, sem dúvidas, um espaço fundamental e indispensável para as crianças, pois as acolhe em uma fase do desenvolvimento infantil primordial à formação integral. Afinal, as crianças vivem fases muito importantes nesse período, que precisam ser trabalhadas com muita seriedade e responsabilidade, buscando-se o melhor para elas.

Se durante muitos anos as crianças de zero a cinco anos não tinham acesso a outro espaço social e cultural além da própria realidade, hoje em dia isso não é

mais concebível, pois as crianças fazem parte da história e, acima de tudo, fazem a sua história, o que é fundamental para que as escolas de Educação Infantil fortaleçam o espaço que vêm buscando nas Políticas Públicas.

De nada adianta conquistar um espaço nas políticas se o mesmo não é utilizado com sabedoria e com inteligência pelas instituições. O fortalecimento desse espaço só acontecerá se as práticas pedagógicas forem realizadas com qualidade, buscando o desenvolvimento pleno dos educandos.

As políticas públicas oportunizaram uma nova estrutura para a educação na infância, pois o que antes era unicamente um lugar de cuidados passou a ser tratado como uma etapa integrante da Educação Básica, acarretando muitas responsabilidades educativas a serem trabalhadas.

Entretanto, é indispensável que fique bem claro que esse espaço educativo não é somente aquele no qual se aprende a ler, escrever, contar, somar. Na Educação Infantil o espaço educativo perpassa a perspectiva do desenvolvimento infantil, pois as crianças, desde o nascimento, passam por fases e etapas fundamentais a sua formação enquanto pessoa e ser humano integrante de uma cultura e de uma realidade de vida.

É de conhecimento público que toda a criança necessita de cuidados com alimentação, higiene, saúde, ente outros, porém, esses momentos precisam ser vistos como indispensáveis para o fortalecimento de hábitos, de atitudes, ou seja, momentos nos quais o trabalho desenvolvido revista-se da devida importância e não somente o fazer por fazer (escovar por escovar, alimentar por alimentar).

Conclui-se que as ações, quando realizadas simplesmente pela satisfação das necessidades básicas e sem objetivo, acabam descaracterizadas e distanciam-se do contexto atual da Educação Infantil, fazendo com que todo o espaço político que vem alcançando, aos poucos, seja desvalorizado. Por isso, é fundamental que as ações e práticas desenvolvidas estejam associadas a dois fatores indissociáveis que são cuidar e educar, nesse caso, esse espaço irá tornar-se cada vez mais significativo para as crianças, pais, comunidade. Acima de tudo, poderá conquistar cada vez mais a importância nas nossas Políticas Públicas como um espaço de caráter educativo.

Muitas mudanças aconteceram no panorama da Educação Infantil no decorrer da sua trajetória histórica, essas, têm como função principal enfatizar a sua importância e a sua necessidade para o desenvolvimento das crianças. Atualmente, não se permite mais perceber a Educação Infantil relegada ao assistencialismo, afinal, o momento social e político exigem novas formas de se pensar e trabalhar com essa etapa da Educação.

A Educação é hoje um direito público e subjetivo que requer um olhar mais cauteloso de todos que se envolvem nesse processo, porque trabalha com crianças em fases do desenvolvimento, e que são básicas para o crescimento e qualidade de vida desses sujeitos. A criança já não é mais aquele ser que precisa somente do cuidado de um adulto, ela é um ser em desenvolvimento, tem necessidades e potencialidades que precisam se estimuladas no decorrer do seu desenvolvimento. O trabalho com as crianças traz para a Educação Infantil um compromisso muito grande, frente às práticas pedagógicas que se realizam, pois um espaço que antes era de cuidados básicos agora já não é mais suficiente. Torna-se necessário um espaço que dê conta do desenvolvimento das dificuldades e das habilidades de cada criança.

Esta etapa da Educação Básica é, sobretudo, um espaço educativo, no qual as ações pensadas precisam desenvolver ações que possibilitem o crescimento pleno de todos os educandos, um momento que vise atendê-los de forma integral e satisfatória.

Diante destas considerações, com a nuance de conclusão, pode-se afirmar que as Políticas públicas poderão ser conferidas no dia-a-dia da sociedade, que o olhar direcionado à Educação Infantil promoveu mudanças nos espaços cotidianos da escola, que perpassaram a gestão, administrativa, financeira e pedagógica das mesmas, levando os docentes e envolvidos nas funções de gestão, a considerarem as características educativas desta etapa educacional.

Assim, confirma-se a Educação Infantil como etapa indispensável para as crianças, sendo por meio das ações e práticas educativas que se estabelecem e se realizam a cada momento, nas creches e pré-escolas, que construirão sua valorização, no que tange às condições de infraestrutura e formação dos profissionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em: 21 de julho de 2010.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil**.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil**. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, v. 2, 2006.

_____, **Emenda Constitucional nº 53, de 19 de Dezembro de 2006**. Brasília, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc53.htm#art1> Acesso em 21 de julho de 2010

_____.l. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação**. Brasília: MEC, SEB, 2006.32 p.

_____.Congresso Nacional. **Lei nº 11.274/06**, de 06 de fevereiro de 2006.Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm> Aceso em: 23 de agosto de 2007.

_____. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases para Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> acesso em 23 de agosto de 2010.

_____, **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil/Ministério da Educação e do Desporto**, Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____, **Plano Nacional de Educação, LEI nº 10.172, de 9 de Janeiro de 2001**. Brasília, 2001.

_____. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Lei Nº 8.069/1990**. Dispões sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Santa Maria: Ed Palotti, 1996.

_____. Presidência da República. Emenda Constitucional, nº 59 de 11 de novembro de 2009. Brasília: 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm#art6> acesso em 18 de agosto de 2010

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Parecer CNE/CEB nº 20/2009

CRAIDY, Maria Carmem, KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva. (Org.). **Educação Infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1994.

MAHONEY, Abigail Avarenga. ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. Henri Wallon – Psicologia e educação. São Paulo: Loyola, 2000. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=2ATuFTiavT0C&printsec=frontcover&dq=HENRI+WALLON+%E2%80%93+Psicologia+e+Educa%C3%A7%C3%A3o&source=bl&ots=s8DFLyIVVH&sig=gjDFKyZW6O864xrglFYaqF7uLJc&hl=pt-BR&ei=snNsTMGZL4TGIQeO4KCJAQ&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=8&ved=0CD8Q6AEwBw#v=onepage&q&f=false> acesso em 18 de agosto de 2010.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. Educação Infantil: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002

PIAGET, Jean; INHELDER, Bärbel. A psicologia da criança. Rio de Janeiro: Diel, 2007

KRAMER, Sônia. et al. **Infância e Educação Infantil**. São Paulo: Papirus, 1999.

KRAMER, Sônia. **A Política do Pré-Escolar no Brasil: a arte do disfarce**: São Paulo: Cortes, 1992.

SANTOS, Santa Marli Pires dos. **Brinquedo e infância**: um guia para pais e educadores em creche. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2007

TRIVIÑOS, Augusto N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais. A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2008

TORRES, Rosa Maria. **Educação para Todos: a tarefa por fazer**. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológico superiores. São Paulo: Martins fontes, 1998.

WALLON, Henri. A evolução psicológica da criança. São Paulo: Martins fontes, 2007.